

1 **MINUTA**

2 **Ata da 30ª (Trigésima) Reunião Extraordinária do Comitê da**
3 **Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.**

4
5
6 Aos dias 19 de dezembro de 2022, através da plataforma Microsoft Teams, aconteceu a 30ª
7 Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. Deu início a reunião, como Presidente
8 em exercício, Fúlvio Rodriguez Simão, que agradeceu a presença de todos. Estiveram
9 presentes na reunião: Ubaldina Maria da Costa - IBAMA, Vitório Alves Freitas - EMATER-
10 MG, Lauro Batista Tuler – IEF, Maria de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Allan de
11 Oliveira Mota - IGAM, Luciane Lince dos Santos - ARSAE-MG, Fúlvio Rodriguez Simão -
12 EPAMIG, Carolina Lobello Lorensini - SEAPA, Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM,
13 Leonardo Gomes Lara - Prefeitura Municipal de Betim, Weber Coutinho - Prefeitura
14 Municipal de Ibité, Vanildo de Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal de São
15 Joaquim de Bicas, Rafaela Lages Lima - Prefeitura Municipal de Caetanópolis, Libério
16 Aparecido de Abreu - Prefeitura Municipal de Papagaios, Natália de Vasconcelos Soares
17 Aleixo - Prefeitura Municipal de Jeceaba, Francisco de Assis Gonzaga da Silva - Prefeitura
18 Municipal de Ouro Preto, Marina Amaral - Prefeitura Municipal de Rio Manso, Alessandro
19 Palhares - COPASA, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Deivid
20 Lucas de Oliveira - FIEMG, Gésica Carolina Teixeira da Silva - CEDRO TEXTIL, André Paulo
21 Becker - Petrobrás, Guilherme da Silva Oliveira - FAEMG, Renato Júnio Constâncio -
22 Horizontes Energia S.A., Vanessa Cardoso Buzzi - Vale S.A., Simone Alvarenga Borja
23 Bottrel - ARCA AMASERRA, Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG, Adilson Ramos de Souza
24 – SINDÁGUA, Sérgio Gustavo Resende Leal - FONASC, Cléverson Ulisses Vidigal -
25 FONASC, Winston Caetano de Souza - Veredas e Cerrados, José Antônio da Cunha Melo -
26 ABES e Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio. O auxiliar administrativo
27 efetuou a verificação do quórum que foi de 25 conselheiros, no momento da instalação da
28 reunião. Devido a ausência do presidente, foi decidido que o secretário adjunto presidiria a
29 reunião, devido ao fato de que o secretário, Heleno Maia, não poderia presidir a reunião. O
30 presidente em exercício deu início a reunião, como primeiro ponto de pauta: **Apresentação,**
31 **discussão e votação da ata da 29ª Reunião Extraordinária.** O presidente, Fúlvio
32 Rodriguez Simão, colocou em discussão a referida ata, não havendo nenhuma
33 manifestação. Diante disso, ele a colocou em votação para aprovação, tendo sido aprovada
34 por maioria dos votos; os conselheiros Heleno Maia e Francisco de Assis Gonzaga da Silva,
35 manifestaram abstenção ao voto. Como segundo ponto de pauta, o presidente em exercício
36 deu início ao segundo ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação do**
37 **calendário de reuniões 2023.** O presidente, Fúlvio Rodriguez Simão, destacou a
38 importância da aprovação da deliberação e que em outros comitês é feito dessa forma, como
39 padrão, demonstrando que as reuniões estão dispostas nas datas de **22/02, 26/04, 28/06,**
40 **23/08, 25/10 e 20/12.** Houve breve debate acerca do tema, sendo questionado o fato de não
41 haver na redação da minuta original a informação de local e horário das reuniões. Foi
42 pontuado que, da mesma forma que foi discutido na aprovação do calendário do ano vigente
43 em que, a respeito de local e horário, seriam as reuniões virtuais as 9 horas da manhã, mas
44 que em caso de alteração, esta seria informada na convocação para a reunião. O
45 conselheiro Guilherme da Silva Oliveira destacou, que em seu ponto de vista, é importante a
46 definição do horário para uma melhor organização de agenda, destacando que a
47 facilidade das reuniões virtuais, que ajudaram na melhoria do quórum. O Presidente Fulvio,
48 sugeriu a seguinte redação de texto: *“Art. 3º Sempre que possível, as reuniões ocorrerão*

49 *preferencialmente de forma virtual, sempre as 9:00 h., mas quando for possível ter reuniões*
50 *intinerantes a ser definido pela plenária em reunião anterior.”* O conselheiro Francisco de
51 Assis, destacou a importância da intinerância no baixo, no médio e no alto Paraopeba,
52 destacando como exemplo outro comitê, que determinou previamente as datas das reuniões
53 presenciais e reuniões na modalidade híbrida, para os que tivessem dificuldade em participar
54 de forma presencial; destacando a importância da intinerância para que os conselheiros
55 possam ver em campo, como as coisas estão. Em seguida, a conselheira Vanessa Buzzi,
56 que destacou a importância das reuniões presenciais para que os conselheiros possam ter
57 mais contato uns com os outros e com as demandas da bacia, na questão do horário,
58 destacando que, devido a contagem de conselheiros para quórum, que as reuniões não
59 iniciam as 09:00h, sugerindo que primeira chamada fosse as 08:30h, para que as reunião
60 comece as 09:00h, destacando a dificuldade que alguns tem de estar presentes e que muitas
61 vezes há uma demora, demonstrando que sua sugestão visa começar os trabalhos as
62 09:00h. O conselheiro André Paulo Becker, destacou que, por estar se encerrando as
63 inscrições do processo eleitoral do CBH, que alguns componentes seriam alterados e que,
64 da forma como está escrito, que concorda com a intinerância e com as reuniões presenciais,
65 destacando a necessidade de um calendário mais afirmativo. O conselheiro Winston
66 Caetano de Souza, destacou concordar com o que foi dito anteriormente, a pontuou a
67 necessidade de começar a ser aplicado o reinimento, no que tange as faltas, pois há toda
68 uma mobilização para se estar presente nas reuniões. O secretário do comitê, Heleno Maia,
69 pediu a palavra. Destacou ser importante manter a reunião, no horário das 09:00h, conforme
70 todos já estão acostumados, mas que em relação as reuniões serem presenciais ou virtuais,
71 destacou haver algumas prefeituras que estão efetuando decretos, referentes a covid-19,
72 proibindo reuniões presenciais. Diante disso, que seria interessante aguardar após o carnaval
73 de 2023, para verificar como as coisas estarão para se efetuar marcações presenciais. Sem
74 mais o que discutir, o presidente em exercício, declarou a deliberação aprovada, com a
75 inserção do “**Art. 3º** Sempre que possível, as reuniões ocorrerão preferencialmente de forma
76 virtual, sempre as 9:00 h., mas quando for possível ter reuniões intinerantes a ser definido
77 pela plenária em reunião anterior.” e as datas que haviam sido previamente indicadas. Como
78 próximo ponto de pauta **Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação do**
79 **enquadramento dos Corpos de Água para a Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba.** O
80 senhor Leonardo Mitre, iniciou a apresentação do plano de enquadramento, uma
81 apresentação mais objetiva para os conselheiros do comitê. Após a apresentação feita pelo
82 senhor Leonardo, o presidente em exercício agradeceu ao Leonardo pela apresentação, o
83 conselheiro Allan Motta, que se apresentou, e em seguida esclareceu aos presentes acerca
84 do processo de aprovação do enquadramento dos corpos d'água. Esclareceu que seriam
85 duas votações a serem feitas: A primeira seria a escolha da alternativa, se a escolhida será
86 a alternativa apresentada pela Engecorps ou se a alternativa anterior, a da década de 1990.
87 Esclareceu que após a escolha da alternativa, que seria votada a aprovação da alternativa,
88 aprovando a Deliberação Normativa de Aprovação do Enquadramento. Informou ainda que
89 o passo seguinte seria o encaminhamento da Deliberação ao Conselho Nacional de
90 Recursos Hídricos, para aprovação pelos membros do conselho. Destacou ao final de sua
91 fala que a escolha da alternativa demandaria aprovação por no mínimo 2/3 (dois terços) do
92 comitê, e que como o quórum para aprovação estava bem apertado, que os conselheiros
93 procurassem esclarecer suas dúvidas naquele momento dos debates; se colocando a
94 disposição para auxílio nos esclarecimentos. A conselheira Vanessa Buzzi pediu a palavras,
95 primeiramente parabenizando a apresentação e o trabalho feito pela Engecorps na pessoa
96 do sr. Leonardo Mitre, em seguida esclareceu a importância do que foi apresentado e que,
97 devido a outro ponto de pauta, solicitado pelo conselheiro Winston Caetano, que estavam

98 presentes na reunião uma equipe de saneamento. A conselheira apresentou uma dúvida,
99 questionando se caso a alternativa dois fosse a escolhida, se isso significaria “deixar as
100 coisas como estavam”. O senhor Leonardo Mitre esclareceu que a visão da conselheira
101 estava correta, ou seja, em caso não sendo escolhida a alternativa um, permanecia o
102 formato do equacionamento como já estava. Destacando que este enquadramento havia
103 sido implementado há trinta anos e que não foi devidamente seguido; que haveria um custo
104 mais elevado para se aplicar esta alternativa, mas que o principal era um dificultador que se
105 trata de regiões classe especial, nos quais, nos dias atuais, existem cidades, existem
106 comunidades, e que não se pode fazer lançamentos devido ao fato de se haver classe
107 especial no trecho da bacia; ou ter que lançar ajuzante ou ter de grandes alternativas de
108 reuso. O conselheiro Francisco de Assis questionou acerca do quórum para a referida
109 aprovação, sendo informado que seriam necessários 24 (vinte e quatro) conselheiros. A
110 conselheira Maria de Lourdes afirmou já haver quórum, reforçando serem 24 (vinte e quatro)
111 o número mínimo de conselheiros para aprovação do enquadramento, tendo sido feita,
112 mesmo durante a apresentação do sr. Leonardo Mitre, uma mobilização para que houvesse
113 o referido quórum. O conselheiro Francisco de Assis, reforçou sua dúvida, questionando se
114 deveriam ter 24 (vinte e quatro) conselheiros votantes ou se 24 (vinte e quatro) escolhendo a
115 alternativa um. O conselheiro Allan Mota, para esclarecimentos leu a legislação, conforme a
116 Deliberação Normativa Conjunta Copam/Cerh, a revisão referida necessitará da aprovação
117 de 2/3 dos votos para aprovação da alternativa um, não havendo 2/3, permanece a
118 alternativa dois. O conselheiro, após esclarecer sua dúvida, ponderou acerca do que estava
119 sendo proposto, haja visto que o financiador, que foi o CBH São Francisco, do qual este
120 também faz parte. Destacando que no encontro de comitês, que ocorreu em Penedo, houve
121 demonstração de preocupação acerca do que acontece no Alto Paraopeba, que interfere no
122 Médio e no Baixo; justificando seu posicionamento. A conselheira Simone Botrell pediu a
123 palavra, e questionou se na aprovação da alternativa um, se não estariam aprovando o Rio
124 Paraopeba mais poluído. O senhor Leonardo Mitre iniciou dizendo que não, usando como
125 referência uma imagem que estava sendo compartilhada no slide, demonstrando que, em
126 relação a situação atual do rio, que seriam feitas ações para melhorias na qualidade da água
127 do rio. Destacando que em qualquer uma das duas alternativas, há propostas de melhorias.
128 Em seguida o conselheiro Allan Motta, destacou que nenhum enquadramento iria propor
129 piora na qualidade da água, que é importante diferenciar a qualidade da água e a classe de
130 enquadramento, pois podem ser coisas muito diferentes, destacando que a classe se refere
131 a qualidade da água que se deseja manter em determinado trecho em um determinado
132 horizonte, logo se pode planejar o que será executado para melhorar ou manter a qualidade
133 da água. Argumentou ainda que em nenhum momento a proposta indica alguma região que
134 está com classe um, que se torne classe dois, por exemplo. A diferença é que em alguns
135 casos na alternativa um se propõe um esforço para se alcançar, em alguns pontos a classe
136 dois e na alternativa dois se propõe alcançar classe um; daí a questão é se os recursos
137 serão suficientes para atingir o que está sendo proposto neste caso, para fazer essa
138 adequação. O conselheiro José Antonio Melo questionou se primeiro conforme a leitura que
139 foi feita, que precisaria de 2/3 de todos os de todos os membros do comitê e não dos
140 presentes. O presidente em exercício confirmou que seria necessário 2/3 membros do
141 comitê e não dos presentes. O conselheiro José Antonio Melo então prosseguiu dizendo que
142 a observação que ele queria fazer era de que na realidade a classificação leva em
143 consideração também evidentemente, o que que a capacidade do curso d'água, no caso de
144 de retirar a água para uso, de qualquer natureza e para receber rejeito de esgoto, de
145 qualquer natureza, que é preciso que se leva em consideração a capacidade, que esse
146 curso de água tem em oferecer isso, se a não fizer uma avaliação mais precisa disso no

147 momento da presente, não tem que ser necessariamente classe um, fica um pouco mais
148 confortável no sentido de se tomar uma decisão, embora está um pouco longe da realidade,
149 mas se ele tem no curso da água, se ele tem capacidade de permitir o melhor uso sem
150 comprometer a qualidade final é preciso de fazer um equilíbrio entre o uso econômico e o
151 uso social, de boa vontade, de boa intenção até mas que está congelado um pouco
152 deslocado da realidade. O presidente então passou a palavra para o conselheiro Gabriel
153 Reis, que questionou se não haveria um embate, um problema com o CERH, que deveria
154 provar alguma coisa para que não ficasse dessa forma, de maneira irreal porque quando
155 você tá colocando a classe um especial, nós teríamos que mantém isso e não é bem
156 realidade, que foi votado alguma coisa no CERH que a gente pudesse ter essa opção. O
157 conselheiro Alan Mottoa, esclareceu que o conselho estadual votou e permitiu que o comitê
158 possa fazer essa avaliação, que se tiver justificativas possa mudar a classe um ou especial.
159 Diante disso, o conselheiro Gabriel Reis colocou colocou como considerações o fato de que
160 se fosse escolhida a alternativa dois, que o estaríamos trabalhando fora da realidade, que
161 a questão não é “o que é melhor”, mas “o que é viável”; reforçando o entendimento de que o
162 que, de fato, está dentro da realidade, é a alternativa um. A conselheira Simone então
163 questionou se esse tempo não é muito longo para fazer uma decisão tão importante. Se
164 seria possível o plenário do comitê deliberar que o tempo seria cinco anos, e não vinte, na
165 questão da revisão desse enquadramento. O conselheiro Allan Motta esclareceu que o
166 horizonte de planejamento é vinte anos, mas a própria discussão já preveu uma revisão de
167 tempos em tempos então já é normal você faça de cinco em cinco anos, ou de quatro em
168 quatro anos depende da capacidade, como no Paraopeba, em breve, haverá a cobrança e
169 agência de bacia já implantada, haverá condição de fazer isso mais rápido tá então durante
170 o tempo já vai se ajustando e as metas. Não havendo mais inscrições de fala, o presidente,
171 colocou em votação a alternativa a ser escolhida pelo comitê de forma nominal, sendo
172 votado primeiro a alternativa e posteriormente o enquadramento de forma geral. O
173 conselheiro Allan Motta solicitou ao Leonardo Mitre, que projetasse novamente o slide, para
174 que ficasse claro qual era a alternativa um, qual era a alternativa dois, custos e esforços a
175 serem feitos em cada uma das alternativas. o senhor Leonardo Mitre efetuou um breve
176 resumos dos dados para os conselheiros, destacando que a principais são os valores que
177 não se tem como quantificar, como reuso e lançamentos dos afluentes em trechos bem
178 ajuzantes, apontando que na alternativa um eles poderão ser lançados e não alternativa
179 dois, boa parte desses lançamentos não poderão ser feitos, sendo assim mesmo tratado não
180 poderá ser lançado, devendo ser verificado alternativas de reutilizar este esgoto tratado, é
181 isso o que influencia no custo. O conselheiro Weber Coutinho pediu a palavra e questionou
182 se o número de membros que estavam presentes, se já seriam os 2/3 do comitê, se tem os
183 2/3 de votos ou se estaria apertado para a plenária conseguir aprovar, se tem alguma
184 pessoa que é realmente contra a alternativa um, que é realmente um novo plano, para que
185 se consiga explicar realmente ao que tenha dúvida, no intuito de termos votos para aprovar
186 um trabalho, ganhar os votos necessários, porque a outra situação seria menos favorável
187 para o que o comitê está querendo desenvolver, de forma que realmente a gente precisaria
188 provar a melhor alternativa, que em sua opinião é a um. A conselheira Maria de Lourdes
189 endossou a fala do conselheiro Weber Coutinho, dizendo ser exatamente o que ela diria. O
190 conselheiro Francisco de Assis Gonzaga da Silva pediu a palavra e disse: *“o que eu vou falar
191 que eu acho que essa democracia extremamente constrangedora, não é assim que procede
192 vou externar aqui que a minha opinião pela alternativa dois, eu já expliquei o processo
193 democrático é conviver com a contraditório, e não vou deixar o meu entendimento ser
194 induzido de maneira alguma, já vi aqui, inclusive peço que conste ata, essa forma aí talvez
195 até coercitiva de conseguir a votação, não sei se foi essa intenção, tomara que não, mas eu*



196 *acho que o processo democrático é esse, ou então chegasse aqui apenas como alternativa*
197 *para ser apreciada, eu mantenho meu entendimento na [alternativa] dois, até porque o*
198 *comitê faltou com a parte dele, e instaurar cobrança e agora que vem os recursos a gente*
199 *está se amodelando aí de uma maneira talvez de enxergar a derrota de não termos*
200 *executados aí parâmetros que Já deviam ser executados há muito tempo, e aí eu acho que*
201 *é uma responsabilidade sim com a cabeceira de São Francisco a gente tem que ter essa*
202 *responsabilidade tem que ter investimento, pensar em recursos hídricos com toda a*
203 *importância que ele tem, o investimento ele deve ser de fato pensado com toda importância*
204 *que ele tem na cabeceira de uma das mais importantes bacias do Brasil, é isso e eu acho*
205 *lamentável essa forma de correção aí de voto. Democracia é conviver com contraditório.” O*
206 *conselheiro Weber Coutinho pediu para responder ao conselheiro Francisco de Assis, o*
207 *conselheiros afirmou que a sua fala não foi para pressionar ou não discutir o que está sendo*
208 *proposto, pois nem todo mundo entende de plano de enquadramento, de recursos, e nem*
209 *todo mundo sabe avalia bem a situação que nós temos saneamento no Brasil e também em*
210 *Minas Gerais; para aquelas pessoas que tiverem alguma dúvida pedi uma explicação, um*
211 *pouco mais de explicação, para que todas as pessoas entendam o que realmente é*
212 *possível fazer numa bacia, o conselheiro destacou sua experiência de vinte anos no comitê*
213 *da Bacia do Rio das Velhas, sempre acompanhando os trabalhos que foram feitos lá,*
214 *destacando então as dificuldades para recuperar uma bacia, principalmente com a instalação*
215 *dos equipamentos nos municípios, também na parte de agricultura, o uso de produtos que*
216 *se usa químicos, anuiu que conseguiu uma evolução bastante interessante que possibilitou*
217 *vislumbrar tudo, e também explicar sobre os custos cobranças, recursos hídricos, não é tão*
218 *alto ou tão suficiente para se aplicar, resolver os problemas de todas a bacia, mas a*
219 *alternativa é fundamental para que a gente consiga iniciar implementação dos planos, sobre*
220 *a fala do conselheiro Francisco de Assis, o conselheiro Weber Coutinho disse, da forma*
221 *como o conselheiro falou, que alguém não quer a democracia, “O que é o mais torci esse*
222 *ano foi pela nossa democracia, pela discussão daqueles pontos e que as pessoas optassem*
223 *pelo que ela acha melhor, isso aí então, para você, não precisa não existe mais discussão,*
224 *se você já disse que você acha melhor, você que pressionou aí para sua situação, para os*
225 *demais os demais que tiverem alguma dúvida ainda, que seja esclarecido de forma bem*
226 *clara...” e por fim pediu desculpas, caso o conselheiro tivesse realmente compreendido que*
227 *ele estava fazendo o trabalho de ditadura. O conselheiro Francisco de Assis, em resposta*
228 *ao conselheiro Weber Coutinho, disse: “falou antes de mim dizendo que eu disse, que você*
229 *disse, que era a forma ditadura; não você recolocou seu pensamento agora completamente.*
230 *Você não tinha falado em dúvida, você disse assim “se alguém está votando contra a*
231 *alternativa um, vamos tentar então mudar esse voto isso”, é coerção, foi isso que eu quis*
232 *colocar. Não tô dizendo que você ditador, não, a minha luta também é pela democracia, eu*
233 *faço parte do [Rio das] Velhas, não há vinte anos, tenho pouco menos [tempo] que você,*
234 *mas desde então tô fazendo parto faz parte de [Rio] São Francisco, faço parte do [Rio] Doce.*
235 *Estamos aqui na luta também pelos recursos hídricos com entendimentos diferentes, que é*
236 *passível da lberdade democrática, que eu também lutei muito nessas últimas eleições. Então*
237 *é o meu entendimento, como você disse, é esse. Eu só espero que seja respeitado assim*
238 *como eu respeito o seu e que no fundo, a gente possa ter ganhos para bacia que vem sendo*
239 *explorada e péssimamente explorada ao longo de anos”. O presidente da seção, Fulvio*
240 *Simão Rodriguez, anuiu seu posicionamento, como membro da diretoria, presidindo a*
241 *reunião, apenas de dar o devido espaço de manifestação a todos os conselheiros. A*
242 *conselheira Ubaldina Isaac, pediu a palavra e manifestou uma dúvida: Qual é a extensão do*
243 *curso d'água que está como classe um e quantos municípios que abrange? O senhor*
244 *Leonardo Mitre afirmou não haver como precisar, haja visto ter muitos trechos da bacia com*

245 essa classificação. O conselheiro Allan Mota pediu a palavra, no intuito de elucidar a
246 conselheira Ubaldina e aos demais conselheiros, por meio de informações, afirmando que
247 nesse enquadramento anterior, da década de 1990, tinha um artigo que era bem
248 complicado, que dizia que os trechos não mencionados na deliberação normativa recebem a
249 classe de onde deságua, na época alguns trechos principais foram enquadrados, por
250 exemplo da classe um, todos os trechos que desaguavam nesse trecho principal, também
251 receberam a o enquadramento classe um, ou seja, foi enquadradas grandes microbacias ou
252 pequenas partes foram enquadradas por tabela, sem uma análise, sem uma avaliação dos
253 usos, sem uma avaliação, sem uma variação da legislação. O que é possível, o que não é
254 possível, essa é a dificuldade de você mensurar por métodos contra os trechos são, porque
255 enquanto, praticamente tudo, por tabela, sem uma análise mais criteriosa do que poderia ser
256 nessas áreas, então por isso a dificuldade, o grande ponto que o Leonardo Mitre está
257 colocando e nós temos um recurso mensurado para se atingir a classe dois que é
258 alternativa um, nós temos um recurso mensurável até em certa parte para se atingir a classe
259 um como tava no enquadramento da década de 1990, além desse recurso que foi
260 possivelmente um recurso que não é possível estimar, nesse momento, porque depende
261 essas características do reuso que, cada município vai ter que trabalhar o seu, que cada
262 empresa tem um trabalho, um esforço muito maior, que não é possível se chegar num valor
263 atualmente, mas que só por se tratar desse tema a gente sabe que é um valor alto sim, vai
264 ter que ser desempenhado um valor alto. Após considerações de alguns conselheiros, o
265 presidente iniciou a votação de forma nominal. Os conselheiros votaram da seguinte forma:
266 Ubaldina Maria da Costa Isaac, IBAMA, votou na alternativa dois, Vitório Alves Freitas,
267 EMATER-MG, votou na alternativa um, Lauro Batista Tuler, IEF, votou na alternativa um,
268 Maria de Lourdes Amaral Nascimento, IGAM, votou na alternativa um, Luciane Lince dos
269 Santos, ARSAE-MG, votou na alternativa um, Fúlvio Rodriguez Simão, EPAMIG, votou na
270 alternativa um, Rosa Maria Cruz Laender Costa, FEAM, votou na alternativa um, Leonardo
271 Gomes Lara, Prefeitura Municipal de Betim, votou na alternativa um, Weber Coutinho,
272 Prefeitura Municipal de Ibirité, votou na alternativa um, Vanildo de Paula de Souza Hichon,
273 Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas, votou na alternativa um, Rafaela Lages Lima,
274 Prefeitura Municipal de Caetanópolis, votou na alternativa um, Libério Aparecido de Abreu,
275 Prefeitura Municipal de Papagaios, votou na alternativa um, Natália de Vasconcelos Soares
276 Aleixo, Prefeitura Municipal de Jeceaba, votou na alternativa um; Alessandro Palhares,
277 COPASA, votou na alternativa um, Deivid Lucas de Oliveira, FIEMG, votou na alternativa
278 um, André Paulo Becker, Petrobrás, votou na alternativa um, Guilherme da Silva Oliveira,
279 FAEMG, votou na alternativa um, Renato Júnio Constâncio, Horizontes Energia S.A., votou
280 na alternativa um, Vanessa Cardoso Buzzi, Vale S.A., votou na alternativa um, Simone
281 Alvarenga Borja Bottrel, ARCA AMASERRA, votou alternativa dois, Gabriel Faria Nogueira,
282 CREA-MG, votou alternativa um, Adilson Ramos de Souza, SINDÁGUA, votou alternativa
283 dois, Sérgio Gustavo Resende Leal, FONASC, votou alternativa dois, Winston Caetano de
284 Souza, Veredas e Cerrados, votou alternativa um, José Antônio da Cunha Melo, ABES,
285 votou alternativa um, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, IHMBio, não votou;
286 totalizando vinte e um votos na alternativa um e quatro na alternativa dois. Seguindo a
287 deliberação normativa, o conselheiro Allan Motta esclareceu que, nesta votação foi escolhida
288 a alternativa, ou seja, com o resultado ficou mantida da alternativa dois, devido não ter obtido
289 o mínimo de sete e quatro votos, os 2/3 dos votos dentre os conselheiros. Sendo assim a
290 alternativa vigente, ou seja, a alternativa dois, ficou como alternativa de enquadramento e
291 esclareceu ainda que, para a aprovação do enquadramento, seria aprovado em votação
292 simples. O conselheiro Gabriel Reis questionou se futuramente essa classificação pode ser
293 mudada. O conselheiro Allan Mota esclareceu que pode ser mudada futuramente, desde que

294 seja observada a metodologia para tal e o procedimento para alteração do enquadramento. O
295 conselheiro Gabriel Reis questionou a forma como foi colocada a situação de aprovação,
296 demonstrando ter 2/3 dos membros do comitê votando ou se realmente seriam 2/3 dos
297 membros do comitê votando na mesma alternativa, diante de todo o trabalho feito, recursos
298 gastos, reuniões e debates feitos. O conselheiro Francisco de Assis pediu “questão de
299 ordem” e lembrou que a votação já havia sido feita e estava encerrada. O secretário do
300 comitê, Heleno Maia, pediu a palavra em meio ao debate e solicitou pedido de vista ao
301 processo. O conselheiro Francisco de Assis levantou uma questão de ordem, não
302 concordando com o pedido de vista, visto que já havia encerrado a votação. O presidente
303 então solicitou apoio aos conselheiros representantes do IGAM, para informar como
304 proceder. O conselheiro Allan Mota esclareceu que o que foi votado foi a escolha da
305 alternativa, que a pauta que estava sendo tratada era “Apresentação, discussão e aprovação
306 da Deliberação do enquadramento dos Corpos de Água para a Bacia Hidrográfica do rio
307 Paraopeba.” Sendo assim o pedido do secretário pode ser atendido. O conselheiros
308 Francisco de Assis pediu uma questão de ordem: *“eu peço para constar em ata então a fala
309 do Alan, determinando que a alternativa já foi votada e que a vista foi no sentido do
310 enquadramento, destaca-se inclusive que no início da plenária, foi dada a oportunidade do
311 secretário presidir os trabalhos e [foi] passado ao senhor a possibilidade de um pedido de
312 Presidência uma vez que ele tinha compromisso então que se registre em ata.”* O secretário
313 do comitê então pediu questão de ordem dizendo: *“quando fomos solicitado para presidir a
314 reunião, solicitado não, era regimentalmente para eu presidir a reunião, eu disse que eu não
315 ficaria até o fim da reunião, a reunião não acabou tivemos dois pontos falta ainda para ser
316 discutido, então eu tenho prerrogativa de querer presidir ou não querer presidir. Até mesmo
317 porque a minha função é de secretário e não o de presidente, então eu não vou admitir que
318 conselheiro nenhum queira colocar regras na minha na minha condução dentro do comitê,
319 então eu peço que me respeite, assim como respeito todos os conselhos desse comitê. É
320 um direito, é um direito está pedindo vista, é uma matéria de que veio do Estado e não é
321 uma matéria que partiu daqui do comitê, então eu tenho esse tipo de direito de vista no
322 procedimento para avaliar conselheiro, o conselheiro Francisco não sabe nem qual o será ou
323 qual seria o meu voto e está questionando essa questão. Eu também não sei qual que foi o
324 voto dele, por que eu não estava, tinha a minha conexão, vou avaliar o processo de acordo
325 com o meu entendimento, que voltará ao plenário para julgamento [e] para decidir de acordo
326 com o meu relato de vista, ficará decidido de forma democrática. Então eu exijo e digo o
327 seguinte, que não aceito que conselheiro queira colocar regras e regras na minha condução
328 dentro do comitê.”* O conselheiro Francisco Assis reafirmou que apenas estava solicitando
329 que se constasse em ata o que aconteceu. Alessandro Palhares - COPASA, Gabriel Maciel
330 dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda e Simone Alvarenga Borja Bottrel - ARCA
331 AMASERRA, aproveitaram para, assim como o secretário, pedir vista em conjunto ao
332 processo. A conselheira Vanessa Buzzi, pediu a palavra, questionando ao conselheiro Alan
333 Motta, que esclarecesse o que significaria votar “sim” ou “não”, pois mesmo a pauta tendo
334 sido pedido vista, poderia ser esclarecido aos conselheiros do CBH, visando uma escolha
335 mais consciente na próxima reunião. O conselheiro Alessandro pediu a palavra, antes que o
336 conselheiro Alan Motta respondesse a conselheira Vanessa, colocando como dúvidas
337 complementares a seguinte explicação, como a alternativa dois também representaria uma
338 mudança, se esta também não precisaria de 2/3 para ser aprovada e se a votação do
339 enquadramento é que não teria a necessidade de 2/3 dos conselheiros para ser aprovada. o
340 conselheiro Allan Motta, projetou e leu com os conselheiros a DELIBERAÇÃO NORMATIVA
341 CONJUNTA COPAM-CERH Nº7, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022, destacando o que está
342 escrito no §5º – A revisão referida no § 2º necessitará da aprovação de 2/3 (dois terços) dos

343 votos dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica.” O que fazia do questionamento do
344 Alessandro pertinente, já que a norma está se referindo que é a aprovação do
345 enquadramento como um todo, a alternativa ela, a deliberação, não menciona a necessidade
346 dos 2/3, observando que, sendo escolhida a mudança da classe um para classe dois, e na
347 votação não tiver os 2/3, então ela não será aprovada. O conselheiro Alan Motta solicitou ao
348 auxiliar administrativo, Judson, que projetasse a chamada com a votação, para se contar os
349 votos. Enquanto isso o conselheiro Francisco de Assis efetuou um pedido de manifestação
350 jurídica a respeito, visto que, em seu entendimento, as coisas foram mudando de
351 entendimento no decorrer da reunião, que o próprio Alan tinha um entendimento e diante do
352 questionamento do Alessandro, mudou o entendimento; então solicitou manifestação jurídica
353 para segurança do procedimento. O conselheiro Alan destacou que, diante disso, as coisas
354 não mudariam, que contariam os votos, foi feito pedido de vista antes da aprovação do
355 enquadramento e todos os questionamentos poderão ser feitos. O secretário, Heleno Maia,
356 pediu para constar em ata que, devido a falta de energia onde se encontra, sua conexão
357 com a internet caiu e que, diante disso, não votou na questão da alternativa. O auxiliar
358 administrativo projetou a chamada, com a votação e, em seguida, demonstrou que houve
359 vinte e um votos para a alternativa um e quatro para a alternativa dois. Após essa conferência
360 para registro, o conselheiro Alan Motta, sugeriu ao conselheiro Francisco de Assis, que
361 também solicitasse pedido de vista, a fim de fazer também uma avaliação do processo. O
362 conselheiro recusou efetuar o pedido de vista, apenas reforçando que o seu objetivo era o de
363 que se promulgasse o resultado com segurança. O conselheiro Alan Motta, respondendo ao
364 questionamento anterior, da conselheira Vanessa Buzzi, sobre os próximos passos. Na
365 próxima reunião serão apresentados os relatórios dos pedidos de vista, discutidos e sanadas
366 as dúvidas, retorna para votação para aprovação do enquadramento. A conselheira Vanessa,
367 ainda reforçou seu questionamento sobre o que de fato aconteceria, pois para aprovação do
368 enquadramento seria necessário 2/3 dos votos em consenso. O conselheiro Alan Motta
369 esclareceu que, para aprovação do enquadramento serão necessários vinte e quatro votos,
370 caso não havendo vinte e quatro votos aprovando o enquadramento, fica vigente o
371 enquadramento atual, da década de 1990. A conselheira Vanessa Buzzi, questionou sobre o
372 que estava sendo deixado para a próxima reunião, pois da forma como estava sendo posto,
373 não estava, em seu entendimento, claro se a votação da alternativa precisava de 2/3 dos
374 conselheiros ou se votada a alternativa, a aprovação do enquadramento necessitava de 2/3
375 dos conselheiros. O conselheiro Allan Mota, argumentou que, diante do questionamento feito
376 pelo conselheiro Alessandro, destacando que a votação feita foi válida, mas que há uma
377 dúvida, pois haviam vinte e cinco conselheiros votantes, vinte e um votaram na alternativa
378 um e quatro na alternativa dois, mas há de se esclarecer se os 2/3 são para aprovar a
379 alternativa, para aprovar o enquadramento ou ambos. Se for para se aprovar a alternativa,
380 está mantida a alternativa dois, caso não sendo necessário 2/3 para aprovação da alternativa,
381 estará aprovada a alternativa um, sendo que este escalonamento jurídico será apresentado
382 na próxima reunião. Em seguida o presidente, Fúlvio Rodrigues Simão, passou para o
383 próximo ponto de pauta: **Assuntos Gerais**. Havendo sido solicitado pelo conselheiro
384 Winston Caetano de Souza, acerca de uma represa, que está sendo licenciada na calha do
385 Ribeirão Cedro, junto aos municípios de Cartanópolis e Paraopeba. O conselheiro solicitou
386 que fosse inserido na convocação o tema, mencionou que o IEF já estava trabalhando
387 licenciamento e que o objetivo era saber exatamente sobre a construção da represa, para o
388 abastecimento da região, lembrando que houve um longo período de estiagem muito
389 prolongada em 2021, tendo na ocasião sendo necessário vários caminhões para fazer o
390 atendimento em vários pontos dos municípios atingidos, sendo em virtude disso os seus
391 questionamentos, se há algum estudo sobre a vazão do Ribeirão do Cedro ao longo do

392 desses anos. A conselheira Vanessa Buzzi, primeiro agradeceu a iniciativa do conselheiro
393 Winston Caetano, a respeito de se trazer o tema para debate, destacando a importância de
394 se ter esse tipo de alinhamento com o comitê. Em seguida registou a presença da sra.
395 Roberta Guimarães, gerente de saneamento, que trata da compensação e da reparação, e a
396 gerência dela trata também de algumas questões relativas ao a Bacia do Velhas, destacando
397 que ela pode trazer alguns esclarecimentos e, caso ficasse faltando alguma coisa, que
398 poderia ser tratado novamente em um outro momento, com uma apresentação mais
399 específica. A senhora Roberta efetuou uma breve apresentação para os conselheiros. Após
400 a apresentação e de esclarecimentos, ainda em Assuntos Gerais, o presidente Fulvio
401 Rodriguez Simão, apresentou uma moção, escrita e assinada pelo secretário do comitê, em
402 agradecimento ao excelente trabalho desenvolvido pelo auxiliar administrativo Judson
403 Wesley Lopes de Carvalho Junior, em apoio a diretoria do CBH Paraopeba, a moção foi
404 colocada em votação tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum
405 assunto, o presidente em exercício, Fúlvio Rodriguez Simão, encerrou a reunião,
406 agradecendo a todos. A ata foi lavrada por mim Judson Wesley Lopes de Carvalho Júnior
407 que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião seguinte. Betim, 19 de
408 dezembro de 2022.

409

410

411

412

413

414

415

416

Ednard Barbosa de Almeida
CBH-Paraopeba
Presidente

417

418

419